



# Anais da Assembléia

N.º 64

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) CYRO MARTINS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor, Dr. LYSANDRO DE SANTOS LIMA, ex-médico, ex-professor da Universidade Federal do Paraná, muito estimado e admirado na classe médica do Estado.

Requer ainda, que se dê ciência do presente à esposa, residente em Curitiba.

Sala das sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador ACYR SALDANHA DE LOYOLA, ex-advogado, ex-membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral, ex-Desembargador, ex-Corregedor da Justiça, muito estimado e conhecido no Estado.

Requer ainda, que se dê ciência do presente à esposa, Sra. Eunice Rocha Loyola e Filhos, residentes em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, a inserção em ata de um voto de aplauso, pela passagem neste ano, do 40.º ano de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, em nosso País.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

## JUSTIFICATIVA:

O Serviço Nacional da Indústria — SENAI, que no Paraná é dirigido pelo professor Gerônimo de Macedo Molli, é uma das instituições mais sérias existentes no Brasil, em matéria de treinamento e educação profissional dos jovens que ano após ano engrossam as fileiras dos que buscam ingresso no mercado de trabalho, pressionando a Sociedade para obtenção do bem estar individual e familiar. O SENAI é uma estrutura mantida e administrada pela indústria a serviço da promoção profissional e social do trabalhador.

O SENAI constitui-se de Unidades Operacionais, Centros de Formação Profissional, Centros de Treinamento e Escolas Técnicas.

Na realidade, o SENAI, pode-se dizer, constitui uma verdadeira Universidade do Trabalho, porque complementa a educação do indivíduo, preparando-o para o labor e oferecendo-lhe melhores condições de obtenção de emprego. Só para se ter uma idéia do espírito criativo e empreendedor do SENAI paranaense, lembro que, recentemente, foi inaugurada em União da Vitória, a primeira e única escola profissional do Brasil, especializada em madeira. Ali, não só os paranaenses como também os vizinhos

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Deni Schwartz e Paulo Camargo.

Às 9:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gilberto Carvalho, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Augusto Carneiro, Ailton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Falciano Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Ajibert Filho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo (23); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur, Fiori Luiz, Nilso Squarezi, Adalberto Daros, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Cheriegate, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Casa, solicita Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 63/82.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) CYRO MARTINS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Casa, solicita Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 46/82.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) CYRO MARTINS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Casa, solicita Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 29/82.

catarinenses dispõem de uma moderna e ampla unidade perfeitamente adequada ao ensino, não só da marcenaria, da carpintaria e de outras atividades relacionadas com a madeira, mas também à formação de mecânicos, eletricitistas, e etc.

Para comemorar o evento, neste 25 de junho, o SENAI do Paraná estará lançando um Concurso de Reportagem sobre os seus 40 anos, destinado a jornalistas sindicalizados no Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Scretário da Educação do Estado do Paraná, um pedido de informações sobre as seguintes questões:

- 1) Quais os valores arrecadados desde a instituição da Contribuição Comunitária, épocas e estabelecimentos?
- 2) Como e onde foram aplicados tais valores e qual o programa de aplicação para 1982?
- 3) Quais os Estados que, como o Paraná, instituíram esta contribuição, quais as tabelas de cobrança e faixas de renda incidentes?
- 4) Pretende-se, via Contribuição Comunitária, a introdução do ensino pago nas escolas públicas estaduais de 1.º e 2.º Graus, e supletivos?
- 5) Quais os verdadeiros objetivos da Contribuição Comunitária?

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Sabemos que a Contribuição Comunitária foi criada com o objetivo de proporcionar a melhoria do atendimento escolar e a ampliação dos programas assistenciais aos educandos; porém, a cobrança desta taxa, precisa ser bem estudada e analisada, porque nós, a todo momento, ouvimos referências de que o Governo do Paraná tem dado privilégios ao setor educacional do povo paranaense, mas não podemos desassociar que, estes tipos de Contribuições Comunitárias que acabam penalizando os estudantes, especialmente de 1o. e 2o. graus, merecem uma análise mais pormenorizada porque mostram a defasagem entre aquilo que se diz e aquilo que se pratica, mais ainda, quando sabemos que esse aumento substancial ocorrido para o 2o. semestre, representa acima de tudo uma incidência que mais ainda vai castigar os pais e responsáveis dos estudantes destas faixas de idade.

Estas providências precisam ser esclarecidas, e por isso o nosso pedido de informações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 56/82 e 28/82.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n.º 57/82, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se

deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Falará o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, por determinação da Liderança, queremos, neste instante, inicialmente, ler a nota divulgada pela Liderança da Bancada, sob o título: "Além de Mazzarollo, a Nação é julgada":

"ALÉM DE MAZZAROLLO, A NAÇÃO É JULGADA.

O jornalista Juvêncio Mazzarollo, editor do jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, é julgado pela Justiça Militar, por ter emitido opinião sobre o regime. Este está incurso em quatro artigos da Lei de Segurança Nacional, um dos instrumentos mais deploráveis usados pelo regime militar para perpetrar o arbítrio.

Ontem foi a vez dos padres Camio e Gouriou. Este, condenado a 15 anos de prisão, pela Lei de Segurança Nacional, por pregar o Evangelho entre posseiros do Pará.

No segundo semestre, também serão julgados o jornalista Aluisio Palmar e Adelino de Souza, e pela segunda vez, Mazzarollo. Se deste primeiro julgamento ele não saiu impune, perderá o direito de recorrer em liberdade.

Ao julgar o direito de opinião, manifestação e organização, não somente os religiosos e os jornalistas os atingidos. Os atos do regime atingem toda a Nação brasileira, quando a Igreja é condenada na sua ação social, e a imprensa, no direito de opinar e denunciar.

Estas ações do regime militar mostram claramente que tudo fará para não permitir sua derrocada, mesmo que para isto seja necessário prender e condenar arbitrariamente.

A Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná, através desta liderança, repudia os julgamentos de Juvêncio, Aluisio e Adelino. Deplora as condenações dos religiosos. E junto com o povo, exige o fim deste instrumento de opressão.

A luta é pela liberdade e pelos mais essenciais direitos.

CONTRA A CONDENAÇÃO DOS JORNALISTAS DO "NOSSO TEMPO"

PELO FIM DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL EM REPÚDIO À CONDENAÇÃO DOS RELIGIOSOS.

Curitiba, Junho de 82.

(a) TRAJANO BASTOS — Líder da Bancada do PMDB".

Nós que acompanhamos o julgamento do jornalista até quase 22 horas, sentimos que, num rasgo de claridade, o julgamento do Conselho Militar sentenciou, tornando improcedente a denúncia, contra três artigos da Lei de Segurança Nacional, incurso o jornalista Juvêncio Mazzarollo, em um dos artigos, dando-lhe a pena de um ano de prisão, embora sendo beneficiado pelo "sursis", obviamente podendo, portanto, em liberdade, cumprir o apenamento produzido.

Mas, neste instante, queremos registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, quando de maneira isenta, se assiste um julgamento como ontem assistimos, não poderíamos dizer de sã consciência que se estavam construindo mais uma peça de teatro do absurdo, porque lá se via a Promotoria, numa preocupação dantesca de tentar colocar na pena máxima, um jornalista que ousou escrever um etidorial sob o título "De vaca morta não se tira leite", onde se insurgia contra a injustiça social e manifestava a sua opinião a respeito da situação conjuntural em Foz do Iguaçu, bem como alinhavando pontos sobre a situação nacional.

Mas, dizíamos que ali se montava mais uma peça do teatro do absurdo, porque quando nós, em 1982, quando estamos indo para o final de um século, sentimos de maneira muito clara, uma posição fossilizada de leis como a da de Segurança Nacional, que deveria se chamar, sim, de Lei de Segurança do

Estado, mas não da Nação. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é só de se lamentar o absurdo é o Estado montar um aparato, com toda a estrutura funcional, centenas, centenas e centenas de folhas datilografadas, num processo dos mais volumosos. Promotoria, Conselho Militar, advogados de defesa, todo um corpo funcional trabalhando em torno de um processo, com o objetivo de condenar — e a pena poderia ir até a 18 anos de prisão, conforme a Promotoria solicitou — porque esse jornalista, num editorial, promoveu algumas críticas.

E o que é mais grave, num jornal de extrema circulação localizada, com dois mil e oitocentos exemplares. E o ponto básico, e aí o absurdo — e Kafka haverá de se arrepender por não ter vivido nesta época, no Brasil, para escrever outras coisas mais.

E aí o absurdo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, neste jornal de dois mil e oitocentos exemplares, sobre o jornalista pesava a acusação de que estava incitando a guerra no País, de que estava indispondo as autoridades, que estavam promovendo também a "guerra psicológica adversa". Aliás, a propósito, o que seria a guerra psicológica favorável?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Nação, em nenhum instante, estará tranqüila.

O processo democrático continuará truncado, a abertura não se consolidará enquanto tivermos esse mostrengo de inspiração medieval chamado Lei de Segurança Nacional, nos termos em que nela estão contidos os dispositivos que, de segurança da Nação nada têm, mas de absoluta segurança do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também nós viemos à tribuna por determinação da Liderança, para dizer que o processo que estava em andamento contra os Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, que, mais uma vez, de maneira lamentável, mantém em foco de crise nas mais difíceis relações entre a Igreja Católica e o Governo, vê-se que, desde o começo do ano, houve por parte da Igreja e não poderia deixar de ser, do próprio Vaticano, um esforço para conter esse tipo de agravamento. Mas, acima de tudo, a condenação dos dois sacerdotes franceses tende a anular os possíveis resultados do esforço de diminuição das tensões entre o Clero e o Governo.

Não há dúvidas de que a grande imprensa estampa seus editoriais analisando esse aspecto extremamente comprometedor, em que nós temos que analisar o erro desses sacerdotes que foi de ter o engajamento político, embora não partidário, porque a realidade social exigia uma posição muito presente por parte dos representantes da Igreja, na sua área de atuação.

E nós sabemos que, independentemente do que se possa desdobrar da sentença da Justiça Militar do Pará, as primeiras manifestações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de membros individuais do Clero, mostram que a Igreja, em peso, sente-se injustamente golpeada na pessoa dos dois Padres.

Ontem mesmo, todos os Bispos do Paraná emitiram a contundente nota, manifestando o seu repúdio e dizendo que toda a Igreja foi atingida com a medida condenatória que incidiu sobre os Padres franceses.

É óbvio que não poderíamos aqui, no espaço que temos, entrar no mérito, até, das acusações de incitamento à violência, que pesa sobre os padres franceses, mas o que nos surpreende é que, o seu enquadramento no instrumento especialíssimo e arcaico que é a Lei de Segurança Nacional, tem, como complicadores maiores, toda a situação, não só do Clero, porque nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como homens da Oposição, sentimos que, acima de tudo, a Lei de Segurança Nacional e, em termos bem sucintos, o que pretende a Doutrina de Segurança Nacional, a não ser manter um clima permanente de guerra — como é impossível manter um clima permanente de guerra com o Exterior — a Lei de Segurança Nacional traduz o estado permanente de beligerância, dentro do País, e o estado permanente de guerra que a Doutrina de Segurança Nacional, através desse seu instrumento de ação, que é a Lei de Segurança Nacio-

nal, promove, em outras palavras, a já famigerada guerra fria, e interna, e nesta guerra fria interna, é que entendemos que, a condenação dos padres franceses com um longo processo como o ontem chegado a cabo aqui na Justiça Militar, tem, acima de tudo, o objetivo de amedrontar, é a indústria bem elaborada do medo, para que possa intimidar a Nação que deseja verticalmente conduzir o seu destino.

Por isto, independente até da análise isolada, da condenação dos padres franceses, tem essa sentença, o objetivo claro de intimidação de todos aqueles progressistas, de todos aqueles que desejam e estão condenando as estruturas arcaicas, injustas e, acima de tudo, sem um mínimo de condução democrática libertária que é o sonho de todo o povo brasileiro.

O Tribunal Comum poderia determinar uma condução mais adequada desses processos. Desde que a Lei de Segurança Nacional foi invocada, a questão revestiu-se de conotações políticas graves, envolvendo de um lado, a ação pastoral da Igreja, e de outro, a ação dos órgãos de Segurança nas áreas de conflitos de terra.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos, nós da Oposição sonhamos, e o ideal seria que, mesmo os representantes do Clero deveriam ser desclassificados do crime da Lei de Segurança Nacional, para que, incursos no Código Penal, no Direito Comum, portanto, pudessem, em última instância, se socorrer do Supremo Tribunal Federal e não para mais uma Instância Militar, porque é o Governo, neste instante, que assume definitivamente o conflito político entre a decisão tomada e a ação pastoral da Igreja; não há dúvida que, quando nós vemos, e aí estão os jornais as notas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos Bispos do Paraná, de setores até mais localizados da Igreja, manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, de Partidos de Oposição — e é demonstração cabal de que o Governo está ampliando ainda mais o abismo entre ele e a Nação, e está colocando uma pedra extremamente grande no caminho da democratização deste País. Desde o Rio-Centro, na verdade, não se via um inquérito tão bem conduzido, como este que resultou na condenação dos padres franceses, pois a Justiça Militar, mais uma vez, cumpriu à risca o catecismo da Doutrina de Segurança Nacional, da Lei de Segurança Nacional, dos ideólogos da guerra permanente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se pudéssemos nesta manhã, analisar sem qualquer paixão partidária ou qualquer posição ideológica a Lei de Segurança Nacional, a sua Exposição de Motivos, veríamos, de maneira muito insofismável, de que o objetivo é considerar o País permanentemente em guerra.

Ora, Sr. Presidente, não estamos guerreando contra ingleses em qualquer ilha, não estamos guerreando contra a Bolívia, contra o Uruguai, contra a Venezuela, contra Israel, contra nenhum país, mas a Lei de Segurança Nacional tem, inserida dentro dela, a filosofia, o objetivo, o instrumento de que o Brasil está permanentemente em guerra, e a guerra é interna, e aí é que a Lei de Segurança Nacional vem e promove esses absurdos, de dois padres serem condenados a nada mais nada menos do que 15 anos para um, e 10 anos para o outro.

E eu pergunto, Sr. Presidente: qual é o crime, hoje, que recebe condenação de 15 anos, por exemplo, por estupro? Por assalto à mão-armada? Pelo homicídio mais qualificado? É o sentido político desse processo que nos chama à atenção, intimida a Nação brasileira. Não é por aí o caminho de uma democracia. Se realmente entende o Governo que os padres pretendessem promover o incitamento, colocasse, o processo acusatório, nos trilhos da Justiça comum, e aí o Código Penal está para incriminá-los. Mas não. O objetivo é industrializar o medo, intimidando a Nação, e nesse intimidar da Nação, não se mede as conseqüências. Será que a ação pastoral da Igreja leva este País realmente a um perigo de conflito, ou será que a realidade brasileira é que é perigosa, ou são os contrastes

entre os oprimidos e opressores é que geram um estado de tensão nacional? Será que é a ação pastoral da Igreja ou será que é a ação de políticos da Oposição, que poderá levar este País a um incitamento, ou será, ou são as agressões sociais que aí estão, visíveis, gerando uma guerra que existe sim, que é a verdadeira revolta presente que você vê nos miseráveis, num País em que há uma guerra civil branca e um assalto na violência, no desemprego.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, utilizamos o Horário da Liderança do PMDB por determinação do Líder Trajano Bastos, para registrar, acima de tudo, que o Governo está se atolando, porque quer se utilizar de instrumentos, estatutos para manter a segurança do Estado, quando a segurança do cidadão está entregue a uma situação de desigualdade, de dissidências, de conflitos em que o desacordo entre aquele pretendo titular de terras e os posseiros, geram esses conflitos e incitam à revolta ante as injustiça que acontecem.

Por isso, não podemos calar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entramos no mérito da condenação, se houvesse incitamento, está aí o Código Penal para incriminação dos acusados.

Mas, quando o processo passa com o objetivo visível de ter uma conotação política como nunca se viu, um dos processos mais bem montados segundo interpretação dos principais juristas que analisaram esse procedimento de justiça milita contra os padres. Um dos processos mais bem elaborados, estruturados e conduzidos.

Então há, no início, no meio, no fim, um objetivo: a condenação estava pré-elaborada, mas acima de tudo, tinha esse objetivo, o objetivo de gerar uma intimidação, o objetivo de querer calar os conflitos pela violência, como se os problemas sociais fossem casos de polícia, e por isso é que esse Governo não dá certo. Manhã de ramo, porque ele está incitado pela sua visão psicológica de que temos uma guerra.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que ligar os fatos, ontem assistíamos aqui na Auditoria Militar esse absurdo, em que um jornalista com 2.800 exemplares do seu periódico, estava sendo acusado em quatro dos principais artigos da Lei de Segurança Nacional, com mais de 18 anos de prisão, a sua possível condenação; sem direito a recorrer em liberdade, como acontece com as outras ações comuns, quando os antecedentes são realmente de boa qualidade.

No entanto, qual é a acusação básica? Que estava incitando a guerra, a revolta, que estava na verdade, criando a guerra psicológica...

**O Sr. Darcy Deitos** — Vossa Excelência permite um aparte?  
**O SR. NELTON FRIEDRICH** — ... há que se tipificar antes, guerra psicológica favorável. Qual é?

Por isso, dou o aparte ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, e logo depois ao Deputado Darcy Deitos.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Quero, Deputado Nelson, cumprimentá-lo e também me solidarizar com o jornalista, e também vir à colação do seu pronunciamento e deixar aqui expressa também a minha revolta contra esta montanha de besteiras que estão fazendo no País.

Homens irresponsáveis, inconsequentes, inventando processos, procedimentos, meia dúzia de homens fardados e meia centena de pessoas assistindo, um teatro, um teatro infantil, sem nenhum sentido social quando o País atravessa os piores problemas que já atravessou até hoje, causados pelos dirigentes nacionais, que aliás tomaram o poder à custa das armas; e é lamentável que num dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, tenhamos que assistir o artigo 72, se não me falha a

memória, parágrafo terceiro, o fato de um cidadão mexer, fazer qualquer brincadeira aqui, seja tomada de ofensa, é crime contra a Segurança Nacional.

Isso é brincadeira. Se quiserem brincar, vão brincar lá no Polo Sul, onde não há nenhuma pessoa, e pinguins para assistir esta frieza.

Realmente, Deputado, me revolto quando vejo, quando vi ontem, assisti ontem, um monte de jornalistas de toda parte, todos criticando; esse Tribunal está fazendo o papel de ridículo. Ele precisa se acordar, acordar para a realidade social, econômica, política, institucional. Precisamos de reformas; precisamos de costumes, reforma dos tribunais, reforma das pessoas que estão mandando neste País.

Muito obrigado.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Agradeço o aparte e ontem até foi motivo de riso durante a defesa do jornalista, quando o advogado de defesa negou o programa do PDS que, na verdade, hoje, está incurso na Lei de Segurança Nacional, porque prevê que há injustiças no País. Quer dizer, chegamos ao ridículo e a Nação assiste isso impávida.

Mas eu concluo, Sr. Presidente, dizendo tão somente com referência aos padres: Belém é local de nascimento e não de condenação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

Temos que reagir, é impossível realmente você se calar. O jornalista ser incurso em 18 anos de prisão, porque escreveu no editorial de um jornal de 2.800 exemplares. Que poder de incitamento à revolta neste País teria?

**O SR. PRESIDENTE** — Consulto à Liderança do PDS se vai usar do seu horário.  
Havendo declinado...

**O SR. GABRIEL MANOEL** — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.  
(É feita a chamada)

**O SR. GABRIEL MANOEL** — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes de Vossa Excelência proclamar o resultado, pediria a Vossa Excelência que providenciasse uma certidão da ata de hoje, para que comecemos a moralizar a Casa, como diz o pessoal da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** — (Gilberto Carvalho) A Mesa irá atender. Responderam à chamada 17 Srs. Deputados. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, às 9:00 horas, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para quinta-feira, dia 24, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 29 e 41/82.

Levanta-se a Sessão.